

Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro

Contratação de Escola - Horário n.º 22 - DGAE

Aviso

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, e Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7 de março, e Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março e demais legislação aplicável, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal para a contratação de 1 (um) docente para exercer funções no Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB) em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, no ano letivo de 2020/2021, para suprimento de necessidades deste agrupamento, de acordo com o seguinte:

Grupo	Nº de horas	Nº de horário (plataforma da DGAE)	Caracterização das funções (disciplina/área/ função)	Local de trabalho	Duração do contrato
240	6	22	EV + ET	AETB	Temporário

2. REQUISITOS DE ADMISSÃO AO CONCURSO:

- 2.1. Os previstos no artigo 8.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;
- 2.2. Habilitação profissional para a docência no grupo de recrutamento a concurso.

3. MOTIVOS DE EXCLUSÃO DO CONCURSO:

- 3.1. Não reunirem os requisitos de admissão ao concurso;
- 3.2. Não comprovarem documentalmente os elementos da candidatura.

4. O PRESENTE CONCURSO DE CONTRATAÇÃO DESENVOLVER-SE-Á DE ACORDO COM OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

- 4.1. O processo de candidatura é aberto através da aplicação informática disponibilizada para o efeito na página oficial da Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE);
- 4.2. Os candidatos apenas podem inscrever-se utilizando a aplicação informática referida no número anterior;
- 4.3. A oferta de contratação de escola, os critérios de seleção, bem como os procedimentos e prazos do concurso são os constantes do presente aviso e divulgados na página eletrónica do agrupamento, em www.aetb.edu.pt;
- 4.4. Os prazos para a apresentação das candidaturas obedecem ao disposto no nº3 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 83- A/2014, de 23 de maio e Decreto-Lei nº 9/2016, de 7 de março.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: Em conformidade com o estabelecido no nº6 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 83-A/2014, de 23 de maio e Decreto-Lei nº 9/2016, de 7 de março, são critérios objetivos de seleção, a seguir obrigatoriamente, para os grupos de recrutamento:

- a) A graduação profissional (GP), nos termos do nº 1 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 83-A/2014, de 23 de maio, e Decreto-Lei nº 9/2016, de 7 de março;
- b) Para efeitos de desempate é utilizado o previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 83-A/2014, de 23 de maio, e Decreto-Lei nº 9/2016, de 7 de março.

6. ORDENAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- 6.1. Os candidatos são ordenados de acordo com os critérios mencionados no ponto anterior, sendo a lista divulgada na página eletrónica do Agrupamento;
- 6.2. O tempo de serviço para este concurso será o contabilizado até 31 de agosto de 2020.

7. SELEÇÃO DOS CANDIDATOS:

7.1. Terminado o procedimento de seleção, a Presidente da Comissão Administrativa Provisória aprova e publicita a lista final ordenada do concurso na página eletrónica do agrupamento e nos locais de estilo da escola sede do Agrupamento.

7.2. A comunicação da colocação faz-se através da aplicação informática da DGAE.

7.3. A aceitação da colocação por parte do candidato a colocar faz-se por via eletrónica.

Terras de Bouro, 27 de outubro de 2021

A Presidente da Comissão Administrativa Provisória

(Virgínia Maria Pinheiro Gomes)